

FLÁVIO TARTUCE

MANUAL DE DIREITO CIVIL

VOLUME ÚNICO

15^a
edição revista,
atualizada
e ampliada



EDITORA
MÉTODO

■ O autor deste livro e a editora empenham seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 31.12.2024

■ O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2025 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

■ Capa: Fabricio Vale

■ **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

T198m

15. ed.

Tartuce, Flávio

Manual de direito civil : volume único / Flávio Tartuce. - 15. ed., rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro : Método, 2025.

1.744 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-3099-594-2

1. Direito civil - Brasil. I. Título.

24-95575

CDU: 347(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

SUMÁRIO

1 ESTUDO DA LEI DE INTRODUÇÃO	1
1.1 Primeiras palavras sobre a Lei de Introdução	1
1.2 A Lei de Introdução e a Lei como fonte primária do Direito Brasileiro. A vigência das normas jurídicas (arts. 1.º e 2.º da Lei de Introdução).....	2
1.3 Características da norma jurídica e sua aplicação. Análise do art. 3.º da Lei de Introdução.....	7
1.4 As formas de integração da norma jurídica. Art. 4.º da Lei de Introdução.....	8
1.4.1 A analogia.....	11
1.4.2 Os costumes.....	12
1.4.3 Os princípios gerais de Direito	14
1.4.4 A equidade.....	17
1.5 Aplicação da norma jurídica no tempo. O art. 6.º da Lei de Introdução	19
1.6 Aplicação da norma jurídica no espaço. Os arts. 7.º a 19 da Lei de Introdução e o Direito Internacional Público e Privado	23
1.7 Estudo das antinomias jurídicas.....	31
1.8 Breve análise das inclusões feitas na Lei de Introdução pela Lei 13.655/2018. Repercussões para o Direito Público	34
2 PARTE GERAL DO CÓDIGO CIVIL DE 2002	41
2.1 Introdução. Visão filosófica do Código Civil de 2002. As principais teses do Direito Civil contemporâneo.....	41
2.1.1 Direito Civil Constitucional	49
2.1.2 A eficácia horizontal dos direitos fundamentais.....	52
2.1.3 O diálogo das fontes.....	55
2.1.4 A interação entre as teses expostas e a visão unitária do ordenamento jurídico	60
2.1.5 A Reforma do Código Civil de 2002. A Comissão de Juristas nomeada no âmbito do Senado Federal, em 2023.....	60
2.2 Parte geral do Código Civil de 2002. Da pessoa natural.....	62
2.2.1 Conceitos iniciais. A capacidade e conceitos correlatos.....	62
2.2.2 O início da personalidade civil. A situação jurídica do nascituro	63

2.2.3	Os incapazes no Código Civil de 2002.....	70
2.2.3.1	Dos absolutamente incapazes.....	74
2.2.3.2	Dos relativamente incapazes	78
2.2.4	A emancipação.....	82
2.2.5	Os direitos da personalidade em uma análise civil-constitucional. A ponderação de direitos e o seu tratamento no Código de Processo Civil de 2015.....	84
2.2.6	O domicílio da pessoa natural.....	139
2.2.7	A morte da pessoa natural. Modalidades e efeitos jurídicos.....	140
2.2.7.1	Morte real.....	140
2.2.7.2	Morte presumida sem declaração de ausência. A justificação....	142
2.2.7.3	Morte presumida com declaração de ausência.....	143
2.2.7.4	A comoriência	148
2.2.8	O estado civil da pessoa natural. Visão crítica	149
2.3	Parte geral do Código Civil de 2002. Da pessoa jurídica	157
2.3.1	Conceito de pessoa jurídica e suas classificações	157
2.3.2	Da pessoa jurídica de Direito Privado. Regras gerais e conceitos básicos. Análise do art. 44 do CC.....	160
2.3.3	Modalidades de pessoa jurídica de Direito Privado e análise de suas regras específicas	168
2.3.3.1	Das associações	168
2.3.3.2	Das fundações particulares.....	176
2.3.3.3	Das sociedades	179
2.3.3.4	Das corporações especiais. Partidos políticos e organizações religiosas.....	181
2.3.3.5	Dos empreendimentos de economia solidária	182
2.3.4	Do domicílio da pessoa jurídica de Direito Privado.....	185
2.3.5	Da extinção da pessoa jurídica de Direito Privado.....	185
2.3.6	Da desconsideração da personalidade jurídica	187
2.4	Parte geral do Código Civil de 2002. Dos bens. Objeto do direito.....	206
2.4.1	Primeiras palavras. Diferenças entre bens e coisas. A teoria do patrimônio mínimo.....	206
2.4.2	Principais classificações dos bens.....	212
2.4.2.1	Classificação quanto à tangibilidade.....	212
2.4.2.2	Classificação quanto à mobilidade.....	213
2.4.2.3	Classificação quanto à fungibilidade.....	215
2.4.2.4	Classificação quanto à consuntibilidade	215
2.4.2.5	Classificação quanto à divisibilidade.....	216
2.4.2.6	Classificação quanto à individualidade.....	217
2.4.2.7	Classificação quanto à dependência em relação a outro bem (bens reciprocamente considerados).....	219
2.4.2.8	Classificação em relação ao titular do domínio.....	223
2.4.3	Do bem de família. O tratamento dualista do sistema jurídico	224

2.4.3.1	Bem de família voluntário ou convencional	225
2.4.3.2	Bem de família legal.....	227
2.5	Parte geral do Código Civil de 2002. Teoria geral do negócio jurídico.....	238
2.5.1	Conceitos básicos. Fato, ato e negócio jurídico.....	238
2.5.2	Classificações do negócio jurídico	243
2.5.3	Elementos estruturais do negócio jurídico. <i>A Escada Ponteana</i>	245
2.5.3.1	Plano da existência	247
2.5.3.2	Plano da validade	248
2.5.3.3	Plano da eficácia	259
2.5.3.4	<i>A Escada Ponteana</i> e o direito intertemporal. Análise do art. 2.035, <i>caput</i> , do CC. Exemplos práticos.....	259
2.5.4	Estudo dos elementos acidentais do negócio jurídico. Condição, termo e encargo.....	262
2.5.5	Vícios ou defeitos do negócio jurídico	268
2.5.5.1	Do erro e da ignorância.....	269
2.5.5.2	Do dolo	272
2.5.5.3	Da coação	275
2.5.5.4	Do estado de perigo	277
2.5.5.5	Da lesão	280
2.5.5.6	Da simulação. O enquadramento da reserva mental.....	283
2.5.5.7	Da fraude contra credores.....	289
2.5.6	Teoria das nulidades do negócio jurídico	300
2.5.6.1	Da inexistência do negócio jurídico	300
2.5.6.2	Da nulidade absoluta – negócio jurídico nulo.....	301
2.5.6.3	Da nulidade relativa ou anulabilidade. Negócio jurídico anulável.....	309
2.5.6.4	Quadro comparativo. Negócio jurídico nulo (nulidade absoluta) × negócio jurídico anulável (nulidade relativa ou anulabilidade).....	315
2.6	Prescrição e decadência	316
2.6.1	Introdução. Fórmula para diferenciar a prescrição da decadência.....	316
2.6.2	Regras quanto à prescrição.....	318
2.6.3	Regras quanto à decadência	345
2.6.4	Quadro comparativo. Diferenças entre a prescrição e a decadência....	348
3	TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES	351
3.1	O conceito de obrigação e seus elementos constitutivos	351
3.1.1	Elementos subjetivos da obrigação	353
3.1.2	Elemento objetivo ou material da obrigação.....	354
3.1.3	Elemento imaterial, virtual ou espiritual da obrigação.....	355
3.2	Diferenças conceituais entre obrigação, dever, ônus e direito potestativo.....	358
3.3	As fontes obrigacionais no Direito Civil brasileiro.....	360
3.4	Breve estudo dos atos unilaterais como fontes do direito obrigacional	361
3.4.1	Da promessa de recompensa.....	362

3.4.2	Da gestão de negócios	363
3.4.3	Do pagamento indevido	364
3.4.4	Do enriquecimento sem causa.....	366
3.5	Principais classificações das obrigações. Modalidades previstas no Código Civil de 2002.....	371
3.5.1	Classificação da obrigação quanto ao seu conteúdo ou prestação.....	371
3.5.1.1	Obrigação positiva de dar.....	372
3.5.1.2	Obrigação positiva de fazer	378
3.5.1.3	Obrigação negativa de não fazer.....	379
3.5.2	Classificação da obrigação quanto à complexidade do seu objeto	380
3.5.2.1	Obrigação simples.....	380
3.5.2.2	Obrigação composta.....	380
3.5.3	Classificação das obrigações quanto ao número de pessoas envolvidas. Estudo das obrigações solidárias.....	383
3.5.3.1	Conceitos básicos e regras gerais (arts. 264 a 266 do CC)	383
3.5.3.2	Da solidariedade ativa (arts. 267 a 274 do CC).....	385
3.5.3.3	Da obrigação solidária passiva (arts. 275 a 285 do CC)	390
3.5.4	Classificação das obrigações quanto à divisibilidade (ou indivisibilidade) do objeto obrigacional.....	397
3.6	O adimplemento das obrigações (teoria do pagamento).....	402
3.6.1	Primeiras palavras	402
3.6.2	Do pagamento direto	403
3.6.2.1	Elementos subjetivos do pagamento direto. O <i>solvens</i> e o <i>accipiens</i> . Quem paga e quem recebe.....	403
3.6.2.2	Do objeto e da prova do pagamento direto (elementos objetivos do pagamento direto). O que se paga e como se paga	408
3.6.2.3	Do lugar do pagamento direto. Onde se paga	415
3.6.2.4	Do tempo do pagamento. Quando se paga.....	417
3.6.3	Das regras especiais de pagamento e das formas de pagamento indireto.....	418
3.6.3.1	Do pagamento em consignação (ou da consignação em pagamento)	418
3.6.3.2	Da imputação do pagamento	424
3.6.3.3	Do pagamento com sub-rogação.....	425
3.6.3.4	Da dação em pagamento.....	428
3.6.3.5	Da novação.....	430
3.6.3.6	Da compensação.....	434
3.6.3.7	Da confusão	438
3.6.3.8	Da remissão de dívidas.....	439
3.7	Da transmissão das obrigações	440
3.7.1	Introdução	440
3.7.2	Da cessão de crédito	440
3.7.3	Da cessão de débito ou assunção de dívida.....	447
3.7.4	Da cessão de contrato.....	449

3.8	Do inadimplemento obrigacional. Da responsabilidade civil contratual.....	452
3.8.1	Modalidades de inadimplemento	452
3.8.2	Regras quanto ao inadimplemento relativo ou mora	454
3.8.3	Regras quanto ao inadimplemento absoluto da obrigação.....	461
3.8.4	Dos juros no Código Civil de 2002.....	468
3.8.5	Da cláusula penal.....	477
3.8.6	Das arras ou sinal.....	491
4	RESPONSABILIDADE CIVIL	495
4.1	Conceitos básicos da responsabilidade civil. Classificação quanto à origem (responsabilidade contratual x extracontratual). Ato ilícito e abuso de direito	495
4.2	Elementos da responsabilidade civil ou pressupostos do dever de indenizar ...	510
4.2.1	Primeiras palavras conceituais	510
4.2.2	Conduta humana	511
4.2.3	A culpa genérica ou <i>lato sensu</i>	512
4.2.3.1	O dolo.....	512
4.2.3.2	Da culpa estrita ou <i>stricto sensu</i>	512
4.2.4	O nexo de causalidade.....	518
4.2.5	Dano ou prejuízo	527
4.2.5.1	Danos patrimoniais ou materiais.....	528
4.2.5.2	Danos morais.....	533
4.2.5.3	Danos estéticos.....	557
4.2.5.4	Danos morais coletivos	559
4.2.5.5	Danos sociais	560
4.2.5.6	Danos por perda de uma chance.....	566
4.2.5.7	Outras regras importantes quanto à fixação da indenização previstas no Código Civil de 2002.....	571
4.3	A classificação da responsabilidade civil quanto à culpa. Responsabilidade subjetiva e objetiva	576
4.3.1	Responsabilidade civil subjetiva	576
4.3.2	A responsabilidade civil objetiva. A cláusula geral do art. 927, parágrafo único, do CC. Aplicações práticas do dispositivo.....	577
4.3.3	A responsabilidade objetiva no Código Civil de 2002. Principais regras específicas.....	586
4.3.3.1	A responsabilidade civil objetiva por atos de terceiros ou responsabilidade civil indireta.....	586
4.3.3.2	A responsabilidade civil objetiva por danos causados por animal	597
4.3.3.3	A responsabilidade civil objetiva por danos causados por ruína de prédio ou construção	599
4.3.3.4	A responsabilidade civil objetiva por danos oriundos de coisas lançadas dos prédios (defenestramento).....	601
4.3.3.5	A responsabilidade civil objetiva no contrato de transporte ...	602
4.4	Das excludentes do dever de indenizar	607

4.4.1	Da legítima defesa.....	607
4.4.2	Do estado de necessidade ou remoção de perigo iminente	608
4.4.3	Do exercício regular de direito ou das próprias funções.....	610
4.4.4	Das excludentes de nexo de causalidade.....	610
4.4.5	Da cláusula de não indenizar.....	611
5	TEORIA GERAL DOS CONTRATOS.....	615
5.1	Conceito de contrato. Do clássico ao contemporâneo. Do moderno ao pós-moderno.....	615
5.2	Principais classificações contratuais.....	618
5.2.1	Quanto aos direitos e deveres das partes envolvidas.....	618
5.2.2	Quanto ao sacrifício patrimonial das partes	618
5.2.3	Quanto ao momento do aperfeiçoamento do contrato.....	619
5.2.4	Quanto aos riscos que envolvem a prestação.....	619
5.2.5	Quanto à previsão legal.....	620
5.2.6	Quanto à negociação do conteúdo pelas partes. Contrato de adesão × contrato de consumo	622
5.2.7	Quanto à presença de formalidades ou solenidades	625
5.2.8	Quanto à independência contratual. Os contratos coligados ou conexos.....	626
5.2.9	Quanto ao momento do cumprimento	629
5.2.10	Quanto à pessoalidade.....	629
5.2.11	Quanto à definitividade do negócio.....	630
5.3	Princípios contratuais no Código Civil de 2002.....	630
5.3.1	Primeiras palavras.....	630
5.3.2	Princípio da autonomia privada.....	634
5.3.3	Princípio da função social dos contratos.....	640
5.3.4	Princípio da força obrigatória do contrato (<i>pacta sunt servanda</i>).....	652
5.3.5	Princípio da boa-fé objetiva.....	655
5.3.6	Princípio da relatividade dos efeitos contratuais	674
5.4	A formação do contrato pelo Código Civil.....	677
5.4.1	Fase de negociações preliminares ou de pontuação	678
5.4.2	Fase de proposta, peticitação ou oblação.....	680
5.4.3	Fase de contrato preliminar	686
5.4.4	Fase de contrato definitivo.....	696
5.5	A revisão judicial dos contratos por fato superveniente no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor	696
5.5.1	Primeiras palavras	696
5.5.2	A revisão contratual por fato superveniente no Código Civil de 2002....	697
5.5.3	A revisão contratual por fato superveniente no Código de Defesa do Consumidor.....	708
5.6	Os vícios redibitórios no Código Civil	711
5.7	A evicção	719
5.8	Extinção dos contratos.....	729

4.4.1	Da legítima defesa.....	607
4.4.2	Do estado de necessidade ou remoção de perigo iminente	608
4.4.3	Do exercício regular de direito ou das próprias funções.....	610
4.4.4	Das excludentes de nexos de causalidade	610
4.4.5	Da cláusula de não indenizar.....	611
5	TEORIA GERAL DOS CONTRATOS.....	615
5.1	Conceito de contrato. Do clássico ao contemporâneo. Do moderno ao pós-moderno.....	615
5.2	Principais classificações contratuais.....	618
5.2.1	Quanto aos direitos e deveres das partes envolvidas.....	618
5.2.2	Quanto ao sacrifício patrimonial das partes	618
5.2.3	Quanto ao momento do aperfeiçoamento do contrato	619
5.2.4	Quanto aos riscos que envolvem a prestação	619
5.2.5	Quanto à previsão legal.....	620
5.2.6	Quanto à negociação do conteúdo pelas partes. Contrato de adesão × contrato de consumo.....	622
5.2.7	Quanto à presença de formalidades ou solenidades	625
5.2.8	Quanto à independência contratual. Os contratos coligados ou conexos	626
5.2.9	Quanto ao momento do cumprimento	629
5.2.10	Quanto à personalidade.....	629
5.2.11	Quanto à definitividade do negócio.....	630
5.3	Princípios contratuais no Código Civil de 2002.....	630
5.3.1	Primeiras palavras	630
5.3.2	Princípio da autonomia privada.....	634
5.3.3	Princípio da função social dos contratos.....	640
5.3.4	Princípio da força obrigatória do contrato (<i>pacta sunt servanda</i>).....	652
5.3.5	Princípio da boa-fé objetiva.....	655
5.3.6	Princípio da relatividade dos efeitos contratuais.....	674
5.4	A formação do contrato pelo Código Civil.....	677
5.4.1	Fase de negociações preliminares ou de pontuação	678
5.4.2	Fase de proposta, policitação ou oblação.....	680
5.4.3	Fase de contrato preliminar.....	686
5.4.4	Fase de contrato definitivo.....	696
5.5	A revisão judicial dos contratos por fato superveniente no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor	696
5.5.1	Primeiras palavras	696
5.5.2	A revisão contratual por fato superveniente no Código Civil de 2002....	697
5.5.3	A revisão contratual por fato superveniente no Código de Defesa do Consumidor.....	708
5.6	Os vícios redibitórios no Código Civil	711
5.7	A evicção	719
5.8	Extinção dos contratos.....	729

5.8.1	Extinção normal dos contratos.....	730
5.8.2	Extinção por fatos anteriores à celebração.....	730
5.8.3	Extinção por fatos posteriores à celebração	732
5.8.4	Extinção por morte de um dos contratantes	750
6	CONTRATOS EM ESPÉCIE (CONTRATOS TÍPICOS DO CC/2002).....	751
6.1	Da compra e venda (arts. 481 a 532 do CC)	751
6.1.1	Conceito e natureza jurídica.....	751
6.1.2	Elementos constitutivos da compra e venda	754
6.1.3	A estrutura sinalagmática e os efeitos da compra e venda. A questão dos riscos e das despesas advindas do contrato.....	759
6.1.4	Restrições à autonomia privada na compra e venda	762
6.1.4.1	Da venda de ascendente a descendente (art. 496 do CC)	762
6.1.4.2	Da venda entre cônjuges (art. 499 do CC)	767
6.1.4.3	Da venda de bens sob administração (art. 497 do CC)	767
6.1.4.4	Da venda de bens em condomínio ou venda de coisa comum (art. 504 do CC)	769
6.1.5	Regras especiais da compra e venda.....	773
6.1.5.1	Venda por amostra, por protótipos ou por modelos (art. 484 do CC).....	773
6.1.5.2	Venda a contento e sujeita à prova (arts. 509 a 512 do CC)....	774
6.1.5.3	Venda por medida, por extensão ou <i>ad mensuram</i> (art. 500 do CC).....	774
6.1.5.4	Venda de coisas conjuntas (art. 503 do CC).....	777
6.1.6	Das cláusulas especiais da compra e venda	778
6.1.6.1	Cláusula de retrovenda	778
6.1.6.2	Cláusula de preempção, preferência ou prelação convencional	780
6.1.6.3	Cláusula de venda sobre documentos	784
6.1.6.4	Cláusula de venda com reserva de domínio	785
6.2	Da troca ou permuta (art. 533 do CC).....	790
6.2.1	Conceito e natureza jurídica.....	790
6.2.2	Objeto do contrato e relação com a compra e venda	791
6.2.3	Troca entre ascendentes e descendentes	791
6.3	Do contrato estimatório ou venda em consignação (arts. 534 a 537 do CC)...	792
6.3.1	Conceito e natureza jurídica.....	792
6.3.2	Efeitos e regras do contrato estimatório	793
6.4	Da doação (arts. 538 a 564 do CC)	795
6.4.1	Conceito e natureza jurídica.....	795
6.4.2	Efeitos e regras da doação sob o enfoque das suas modalidades ou espécies	798
6.4.2.1	Doação remuneratória.....	798
6.4.2.2	Doação contemplativa ou meritória.....	799
6.4.2.3	Doação a nascituro	799

6.4.2.4	Doação sob forma de subvenção periódica.....	800
6.4.2.5	Doação em contemplação de casamento futuro.....	801
6.4.2.6	Doação de ascendentes a descendentes e doação entre côn- juges.....	801
6.4.2.7	Doação com cláusula de reversão.....	804
6.4.2.8	Doação conjuntiva.....	805
6.4.2.9	Doação manual.....	806
6.4.2.10	Doação inoficiosa.....	806
6.4.2.11	Doação universal.....	810
6.4.2.12	Doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice.....	812
6.4.2.13	Doação a entidade futura	813
6.4.2.14	Doação famélica.....	813
6.4.3	Da promessa de doação	815
6.4.4	Da revogação da doação	816
6.5	Da locação de coisas no CC/2002 (arts. 565 a 578 do CC).....	820
6.5.1	Conceito, natureza jurídica e âmbito de aplicação.....	820
6.5.2	Efeitos da locação regida pelo Código Civil.....	821
6.6	Do empréstimo. Comodato e mútuo	823
6.6.1	Introdução. Conceitos básicos.....	823
6.6.2	Do comodato (arts. 579 a 585 do CC).....	824
6.6.3	Do mútuo (arts. 586 a 592 do CC)	831
6.7	Da prestação de serviço (arts. 593 a 609 do CC).....	837
6.7.1	Conceito e natureza jurídica.....	837
6.7.2	Regras da prestação de serviços no CC/2002	838
6.8	Da empreitada (arts. 610 a 626 do CC).....	848
6.8.1	Conceito e natureza jurídica.....	848
6.8.2	Regras da empreitada no CC/2002.....	849
6.9	Do depósito (arts. 627 a 652 do CC).....	855
6.9.1	Conceito e natureza jurídica.....	855
6.9.2	Regras quanto ao depósito voluntário ou convencional.....	856
6.9.3	Do depósito necessário.....	859
6.9.4	Da prisão do depositário infiel.....	860
6.10	Do mandato (arts. 653 a 692 do CC).....	861
6.10.1	Conceito e natureza jurídica.....	861
6.10.2	Principais classificações do mandato.....	865
6.10.3	Principais regras do mandato no CC/2002	867
6.11	Da comissão (arts. 693 a 709 do CC)	876
6.12	Da agência e distribuição (arts. 710 a 721 do CC).....	882
6.13	Da corretagem (arts. 722 a 729 do CC).....	887
6.14	Do transporte (arts. 730 a 756 do CC).....	896
6.14.1	Conceito e natureza jurídica.....	896
6.14.2	Regras gerais do transporte no CC/2002.....	897

6.14.3	Do transporte de pessoas.....	901
6.14.4	Do transporte de coisas.....	908
6.15	Do seguro (arts. 757 a 802 do CC).....	913
6.15.1	Conceito e natureza jurídica.....	913
6.15.2	Regras gerais do seguro no CC/2002.....	916
6.15.3	Do seguro de dano.....	929
6.15.4	Do seguro de pessoa	935
6.16	Da constituição de renda (arts. 803 a 813 do CC)	941
6.17	Do jogo e da aposta (arts. 814 a 817 do CC).....	943
6.18	Da fiança (arts. 818 a 839 do CC).....	947
6.18.1	Conceito e natureza jurídica.....	947
6.18.2	Efeitos e regras da fiança no CC/2002.....	951
6.19	Da transação (arts. 840 a 850 do CC).....	958
6.20	Do compromisso (arts. 851 a 853 do CC)	962
6.21	Do contrato de administração fiduciária de garantias (art. 853-A do CC).....	967
7	DIREITO DAS COISAS.....	971
7.1	Introdução. Conceitos de direito das coisas e de direitos reais. Diferenças entre os institutos e suas características gerais.....	971
7.2	Principais diferenças entre os direitos reais e os direitos pessoais patrimoniais. Revisão do quadro comparativo	982
7.3	Da posse (arts. 1.196 a 1.224 do CC).....	986
7.3.1	Conceito de posse e teorias justificadoras. A teoria da função social da posse.....	986
7.3.2	Diferenças entre a posse e a detenção. Conversão dos institutos.....	991
7.3.3	Principais classificações da posse.....	994
7.3.4	Efeitos materiais e processuais da posse.....	1000
7.3.4.1	Efeitos da posse quanto aos frutos.....	1000
7.3.4.2	Efeitos da posse em relação às benfeitorias.....	1001
7.3.4.3	Posse e responsabilidades	1004
7.3.4.4	Posse e usucapião. Primeira abordagem.....	1005
7.3.4.5	Posse e processo civil. A faculdade de invocar os interditos possessórios	1006
7.3.4.6	A legítima defesa da posse e o desforço imediato.....	1016
7.3.5	Formas de aquisição, transmissão e perda da posse.....	1017
7.3.6	Composse ou compossessão.....	1020
7.4	Da propriedade	1022
7.4.1	Conceitos fundamentais relativos à propriedade e seus atributos.....	1022
7.4.2	Principais características do direito de propriedade	1026
7.4.3	Disposições preliminares relativas à propriedade. A função social e socioambiental da propriedade	1027
7.4.4	A desapropriação judicial privada por posse-trabalho (art. 1.228, §§ 4.º e 5.º, do CC/2002).....	1037
7.4.5	Da propriedade resolúvel e da propriedade fiduciária.....	1045

7.4.6	Formas de aquisição da propriedade imóvel	1046
7.4.6.1	Das acessões naturais e artificiais.....	1047
7.4.6.2	Da usucapião de bens imóveis.....	1055
7.4.6.2.1	Generalidades	1055
7.4.6.2.2	Modalidades de usucapião de bens imóveis	1060
7.4.6.2.3	Usucapião imobiliária e direito intertemporal no Código Civil.....	1076
7.4.6.2.4	A questão da usucapião de bens públicos.....	1079
7.4.6.2.5	Da usucapião administrativa ou extrajudicial incluída pelo Código de Processo Civil de 2015. Análise com base nas alterações instituídas pela Lei 13.465/2017 e pela Lei 14.382/2022	1080
7.4.6.3	Do registro do título.....	1085
7.4.6.4	Da sucessão hereditária de bens imóveis	1089
7.4.7	Formas de aquisição da propriedade móvel.....	1089
7.4.7.1	Da ocupação e do achado do tesouro. O estudo da descoberta.....	1089
7.4.7.2	Da usucapião de bens móveis	1092
7.4.7.3	Da especificação.....	1094
7.4.7.4	Da confusão, da comistão e da adjunção.....	1095
7.4.7.5	Da tradição	1096
7.4.7.6	Da sucessão hereditária de bens móveis	1099
7.4.8	Da perda da propriedade imóvel e móvel.....	1099
7.4.9	Breve análise da Lei 13.465/2017 e suas principais repercussões para o direito de propriedade. A legitimação fundiária.....	1104
7.5	Dos fundos de investimento e a inclusão do seu tratamento no Código Civil pela Lei 13.874/2019	1110
7.6	Direito de vizinhança (arts. 1.277 a 1.313 do CC)	1116
7.6.1	Conceitos básicos.....	1116
7.6.2	Do uso anormal da propriedade.....	1118
7.6.3	Das árvores limítrofes.....	1121
7.6.4	Da passagem forçada e da passagem de cabos e tubulações.....	1122
7.6.5	Das águas	1126
7.6.6	Do direito de tapagem e dos limites entre prédios.....	1131
7.6.7	Do direito de construir	1132
7.7	Do condomínio.....	1136
7.7.1	Conceito, estrutura jurídica e modalidades.....	1136
7.7.2	Do condomínio voluntário ou convencional.....	1138
7.7.3	Do condomínio necessário.....	1142
7.7.4	Do condomínio edilício.....	1142
7.7.4.1	Regras gerais básicas. Instituição e constituição. A questão da natureza jurídica do condomínio edilício.....	1142
7.7.4.2	Direitos e deveres dos condôminos. Estudo das penalidades no condomínio edilício	1157
7.7.4.3	Da administração do condomínio edilício	1174

7.7.4.4	Da extinção do condomínio edilício	1182
7.7.4.5	Novas modalidades de condomínios instituídas pela Lei 13.465/2017. Condomínio de lotes e condomínio urbano simples	1183
7.7.4.6	A multipropriedade ou <i>time sharing</i> . Estudo da Lei 13.777/2018 ..	1189
7.8	Do direito real de aquisição do promitente comprador (compromisso de compra e venda de imóvel registrado na matrícula)	1206
7.9	Dos direitos reais de gozo ou fruição	1216
7.9.1	Generalidades	1216
7.9.2	Da superfície	1217
7.9.3	Das servidões	1224
7.9.4	Do usufruto	1230
7.9.5	Do uso	1238
7.9.6	Da habitação	1240
7.9.7	Das concessões especiais para uso e moradia. Direitos reais de gozo ou fruição criados pela Lei 11.481/2007	1241
7.9.8	Do direito real de laje	1242
7.10	Dos direitos reais de garantia	1252
7.10.1	Princípios e regras gerais quanto aos direitos reais de garantia tratados pelo CC/2002	1252
7.10.2	Do penhor	1259
7.10.3	Da hipoteca	1268
7.10.4	Da anticrese	1286
7.10.5	Da alienação fiduciária em garantia	1287
8	DIREITO DE FAMÍLIA	1333
8.1	Conceito de Direito de Família e seus princípios fundamentais	1333
8.1.1	Princípio de proteção da dignidade da pessoa humana (art. 1.º, III, da CF/1988)	1334
8.1.2	Princípio da solidariedade familiar (art. 3.º, I, da CF/1988)	1339
8.1.3	Princípio da igualdade entre filhos (art. 227, § 6.º, da CF/1988 e art. 1.596 do CC)	1340
8.1.4	Princípio da igualdade entre cônjuges e companheiros (art. 226, § 5.º, da CF/1988 e art. 1.511 do CC)	1340
8.1.5	Princípio da não intervenção ou da liberdade (art. 1.513 do CC)	1341
8.1.6	Princípio do maior interesse da criança e do adolescente (art. 227, <i>caput</i> , da CF/1988 e arts. 1.583 e 1.584 do CC)	1342
8.1.7	Princípio da afetividade	1343
8.1.8	Princípio da função social da família (art. 226, <i>caput</i> , da CF/1988)	1346
8.1.9	Princípio da boa-fé objetiva	1346
8.2	Concepção constitucional de família e a Reforma do Código Civil	1352
8.3	Do casamento (arts. 1.511 a 1.590 do CC)	1357
8.3.1	Conceito, natureza jurídica e princípios	1357

8.3.2	Capacidade para o casamento, impedimentos matrimoniais e causas suspensivas do casamento.....	1359
8.3.3	Do processo de habilitação e da celebração do casamento. Alterações promovidas pela Lei do SERP (Lei 14.382/2022). Modalidades especiais de casamento quanto à sua celebração.....	1371
8.3.3.1	Casamento em caso de moléstia grave (art. 1.539 do CC).....	1382
8.3.3.2	Casamento nuncupativo (em viva voz) ou <i>in extremis vitae momentis</i> , ou <i>in articulo mortis</i> (art. 1.540 do CC).....	1383
8.3.3.3	Casamento por procuração (art. 1.542 do CC).....	1385
8.3.3.4	Casamento religioso com efeitos civis (arts. 1.515 e 1.516 do CC).....	1386
8.3.4	Da invalidade do casamento.....	1388
8.3.4.1	Esclarecimentos necessários.....	1388
8.3.4.2	Do casamento inexistente.....	1388
8.3.4.3	Do casamento nulo.....	1392
8.3.4.4	Do casamento anulável.....	1396
8.3.4.5	Do casamento putativo.....	1404
8.3.5	Provas do casamento.....	1405
8.3.6	Efeitos pessoais do casamento e seus deveres.....	1406
8.3.7	Efeitos patrimoniais do casamento. Regime de bens.....	1411
8.3.7.1	Conceito de regime de bens e seus princípios. Da ação de alteração do regime de bens.....	1411
8.3.7.2	Regras gerais quanto ao regime de bens.....	1419
8.3.7.3	Regras quanto ao pacto antenupcial.....	1433
8.3.7.4	Regime de bens. Regras especiais.....	1439
8.3.8	Dissolução da sociedade conjugal e do casamento. Separação e divórcio.....	1458
8.3.8.1	Conceitos iniciais. O sistema introduzido pelo Código Civil de 2002 e as alterações fundamentais instituídas pela Emenda do Divórcio (EC 66/2010). Estudo atualizado diante do Código de Processo Civil de 2015 e do julgamento do Tema 1.053 do STF, com repercussão geral.....	1458
8.3.8.2	Questões pontuais relativas ao tema da dissolução da sociedade conjugal e do casamento após a Emenda Constitucional 66/2010.....	1480
8.3.8.2.1	O fim da separação de direito em todas as suas modalidades e a manutenção da separação de fato.....	1480
8.3.8.2.2	Manutenção do conceito de sociedade conjugal. A situação das pessoas separadas juridicamente antes da EC 66/2010.....	1483
8.3.8.2.3	A existência de modalidade única de divórcio. Fim do divórcio indireto.....	1486
8.3.8.2.4	Da possibilidade de se discutir culpa para o divórcio do casal.....	1492
8.3.8.2.5	A questão do uso do nome pelo cônjuge após a EC 66/2010.....	1496

8.3.8.2.6	O problema da guarda na dissolução do casamento. Análise atualizada com a EC 66/2010 e com a Lei da Guarda Compartilhada Obrigatória (Lei 13.058/2014).....	1499
8.3.8.2.7	Alimentos na dissolução do casamento e a Emenda do Divórcio.....	1523
8.4	Da união estável.....	1524
8.4.1	Conceito de união estável e seus requisitos fundamentais. Diferenças entre união estável e concubinato.....	1524
8.4.2	Efeitos pessoais e patrimoniais da união estável.....	1539
8.4.3	A união homoafetiva e o seu enquadramento como união estável.....	1557
8.5	Relações de parentesco.....	1563
8.5.1	Conceito, modalidades e disposições gerais (arts. 1.591 a 1.595 do CC).....	1563
8.5.2	Filiação (arts. 1.596 a 1.606 do CC).....	1567
8.5.3	Reconhecimento de filhos (arts. 1.607 a 1.617 do CC).....	1593
8.5.3.1	Primeiras palavras. Modalidades de reconhecimento de filhos.....	1593
8.5.3.2	Reconhecimento voluntário ou perfilhação.....	1594
8.5.3.3	Reconhecimento judicial. Aspectos principais da ação investigatória.....	1599
8.5.4	Da adoção.....	1606
8.5.5	Do poder familiar (arts. 1.630 a 1.638 do CC). O problema da alienação parental.....	1617
8.6	Dos alimentos no Código Civil de 2002.....	1631
8.6.1	Conceito e pressupostos da obrigação alimentar.....	1631
8.6.2	Características da obrigação de alimentos.....	1636
8.6.3	Principais classificações dos alimentos.....	1650
8.6.4	Extinção da obrigação de alimentos.....	1659
8.7	Da tutela e da curatela.....	1662
8.7.1	Primeiras palavras.....	1662
8.7.2	Da tutela.....	1666
8.7.3	Da curatela.....	1683
9	DIREITO DAS SUCESSÕES	1709
9.1	Conceitos fundamentais do Direito das Sucessões.....	1709
9.2	Da herança e de sua administração.....	1716
9.3	Da herança jacente e da herança vacante.....	1721
9.4	Da vocação hereditária e os legitimados a suceder.....	1726
9.5	Da aceitação e renúncia da herança.....	1732
9.6	Dos excluídos da sucessão. Indignidade sucessória e deserdação. Semelhanças e diferenças.....	1740
9.7	Da ação de petição de herança.....	1746
9.8	Da sucessão legítima.....	1751

9.8.1	Panorama geral das inovações introduzidas pelo CC/2002. Anotações sobre a decisão do STF a respeito da inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil	1751
9.8.2	Da sucessão dos descendentes e a concorrência do cônjuge. Análise crítica, com a inclusão do companheiro na norma, diante da decisão do STF, de maio de 2017 (<i>Informativo n. 864 da Corte</i>).....	1757
9.8.3	Da sucessão dos ascendentes e a concorrência do cônjuge ou companheiro.....	1774
9.8.4	Da sucessão do cônjuge ou companheiro, isoladamente.....	1777
9.8.5	Da sucessão dos colaterais	1785
9.8.6	Da sucessão do companheiro. O polêmico art. 1.790 do CC e suas controvérsias principais até a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. As primeiras decisões do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema. Análise do direito real de habitação do companheiro	1788
9.8.7	Do direito de representação	1804
9.9	Da sucessão testamentária	1806
9.9.1	Conceito de testamento e suas características. Regras fundamentais sobre o instituto	1806
9.9.2	Das modalidades ordinárias de testamento.....	1816
9.9.2.1	Do testamento público	1819
9.9.2.2	Do testamento cerrado.....	1824
9.9.2.3	Do testamento particular	1827
9.9.3	Das modalidades especiais de testamento	1834
9.9.3.1	Do testamento marítimo e do testamento aeronáutico.....	1835
9.9.3.2	Do testamento militar.....	1835
9.9.4	Do codicilo	1836
9.9.5	Das disposições testamentárias.....	1838
9.9.6	Dos legados.....	1846
9.9.6.1	Conceito e espécies	1846
9.9.6.2	Dos efeitos do legado e do seu pagamento	1848
9.9.6.3	Da caducidade dos legados	1850
9.9.7	Do direito de acrescer entre herdeiros e legatários	1851
9.9.8	Das substituições testamentárias.....	1853
9.9.9	Da redução das disposições testamentárias	1858
9.9.10	Da revogação do testamento. Diferenças fundamentais em relação à invalidade	1859
9.9.11	Do rompimento do testamento.....	1861
9.9.12	Do testamenteiro	1864
9.10	Do inventário e da partilha	1867
9.10.1	Do inventário. Conceito, modalidades e procedimentos.....	1867
9.10.1.1	Do inventário judicial.....	1870
9.10.1.1.1	Inventário judicial pelo rito ou procedimento tradicional (inventário comum).....	1871
9.10.1.1.2	Inventário judicial pelo rito sumário	1897

9.10.1.1.3 Inventário judicial pelo rito do arrolamento comum	1901
9.10.1.2 Do inventário extrajudicial, pela via administrativa ou por escritura pública	1904
9.10.2 Da pena de sonegados	1916
9.10.3 Do pagamento das dívidas	1918
9.10.4 Da colação ou conferência	1921
9.10.5 Da redução das doações inoficiosas	1928
9.10.6 Da partilha.....	1930
9.10.6.1 Da partilha amigável ou extrajudicial	1930
9.10.6.2 Da partilha judicial.....	1932
9.10.6.3 Da partilha em vida.....	1939
9.10.7 Da garantia dos quinhões hereditários. A responsabilidade pela evicção	1941
9.10.8 Da anulação, da rescisão e da nulidade da partilha	1941
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1947